

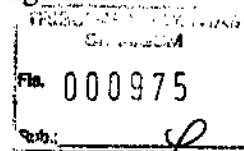
## 9.1 Serviços Advocatícios

### 9.1.1. INTRODUÇÃO

### 9.1.2 SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS E FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DOS MOTIVOS

### 9.1.3 VALORES PAGOS

### 3.1.5 CONCLUSÃO

**Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP****N.º 986069 -101235****DADOS DO MUNICÍPIO**

**CNPJ:** 94.726.312/0001-20  
**NOME:** Barra do Guarita  
**UF:** RS

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

**FINALIDADE DO CERTIFICADO**

OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTE CASOS:

- I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
- II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
- III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
- IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ORGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br), POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA.

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO

EMITIDO EM 12/12/2011.

VÁLIDO POR 180 DIAS DA DATA DA SUA EMISSÃO.

VÁLIDO ATÉ 9/6/2012.

Fls.	000976
Sub.	2

## 9.2. Despesas Telefônicas Pagas a Maior

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE USUÁRIO DE LINHA MÓVEL**  
**COMODANTE: ASSOCIAÇÃO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO**

**AGROPECUARIO- APDA**, com endereço na RUA Jussara, 100 na cidade de Tenente Portela .

**USUÁRIO:** Prefeitura municipal de Boina do quorito,  
Inscrito (a) no CPF ou CNPJ nº 94.706.312/0001-20 RG 8, com  
endereço na Rua João de Deus Bairro Centro, nº 09 na  
cidade de Boina do quorito RS. CEP 98500-000  
E-mail  FONE FIXO: 55 3616-1016

As partes acima nomeadas e qualificadas, livremente e de comum acordo, resolvem pactuar o seguinte:

**1. DO OBJETO:**

- 1.1 – A COMODANTE possui, através de plano corporativo de uso de telefones celulares, por contrato firmado com a empresa CLARO, 1 (uma) linha, nº(s) (55) 9197 4131.
- 1.2 – O USUÁRIO recebe, da COMODANTE, 1 chip(s) conforme especificações acima, identificado pelos

**2. DOS VALORES DE USO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:**

- 2.1 – Os pagamentos deverão ser feitos até a data de vencimento conforme informado pela APDA, o mesmo não ocorrendo está ciente que haverá bloqueio em nas próximas 48 horas, e após 30 dias do vencimento, sem o efetivo pagamento, ocorrerá a inclusão no SPC. HAVENDO COBRANÇA DE MULTA PARA RELIGAR A LINHA NO VALOR DE R\$25,00 .
- 2.2 – As despesas do uso e gozo a serem apuradas mensalmente são compostas de uma mensalidade especificada pela CLARO conforme especificações da ANATEL, à título de utilização por linha, de uma mensalidade de R\$ 13,00 (TREZE REAIS) com tarifa VC1: VC1 intra-rede R\$ 0,26, VC1 fixo R\$ 0,29 e VC1 móvel R\$ 0,43. E com tarifa VC2 e VC3: VC1 intra rede R\$ 0,41 e VC 1 fixo R\$ 0,70 e VC 2 móvel R\$ 1,24. Não haverá cobrança de deslocamento no RS e no Brasil na área de cobertura da CLARO. Demais serviços, exemplo: Torpedos, Torpedo Interativo, Torpedo Alerta, Acessos a Internet, Etc.. Enfim, demais serviços disponibilizados pela Operadora CLARO, serão de inteira responsabilidade do Usuário;
- 2.3 – Os reajustes obedecerão aos critérios adotados pela CLARO em obediência às normas e autorização da ANATEL;
- 2.4 – A CLARO entregará à COMODANTE até o dia 10 de cada mês, a relação discriminando os valores a serem cobrados de cada usuário.
- 2.5 – Na falta de pagamento dos valores devidos no prazo estabelecido no item 2.3, fica a COMODANTE, de imediato e independente de qualquer aviso, autorizada a proceder ao bloqueio dos serviços daquele aparelho telefônico junto a CLARO;



407

- 2.6 – Incidirá na cobrança de eventuais valores em atraso, o principal, juros de mora, correção monetária e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito.
- 2.7 – A fatura será emitida pela CLARO contra a COMODANTE, até o dia 10 de cada mês no valor total dos serviços prestados e os USUÁRIOS terão até o dia 19 do corrente mês, impreterivelmente, para efetuar o pagamento, em favor da COMODANTE. O não cumprimento deste item aplicará a penalidade descrita no item 2.9.
- 2.8 – O descumprimento do item 2.2 e 2.9 incidirão em inclusão no cadastro do SPC e Registro de Protesto depois de decorridos 15 (quinze) dias.
- 2.9 – A COMODANTE não se responsabiliza por eventuais bloqueios efetuados pela CLARO, decorrentes do pagamento em atraso ou não pagamento da fatura total em nome da COMODANTE, ocasionado em função de que outros comodatários participantes do plano não cumpram o item 2.2.
- 2.10 – O usuário esta ao inteiro saber e possui cópia da SMP e Contrato existente junto a operadora Claro, que é de sua inteira responsabilidade doravante, pelos mesmos prazos.

### 3. DO PRAZO DE VALIDADE:

- 3.1 – O prazo do(s) presente(s) comodato(s) tem início em 02/07/2010 e término em 02/07/2012, independente de qualquer formalidade adicional, obrigando-se nesta data renovar seu contrato com a COMODANTE ou o USUÁRIO deverá devolver à COMODANTE o(s) bem(ns) cedido(s) em comodato, nas mesmas condições que ora recebe, sob pena de responder por perdas e danos.
- 3.2 A rescisão do contrato, por parte do USUÁRIO, do objeto do presente contrato, antes do prazo estipulado no item 4.1, não a exime do pagamento dos valores faltantes para completar o período pactuado.
- 3.3 – A permanência do aparelho na posse do USUÁRIO, além do prazo acima, será considerado que o presente instrumento se auto renovará, tendo como início a partir da data de término do Item 4.1, para todos os efeitos de direito, cabendo a aplicação dos dispostos nos Itens 4.1 e 4.2;

### 4. DAS DEMAIS NORMAS:

- 4.1 – A tolerância ou transigência não implicará novação, perdão, renúncia, alteração ou modificação do pactuado, sendo o evento ou omissão, levado, para todos os fins de direito, a exclusiva conta de liberalidade da parte que transigiu, anuiu ou não exigiu o cumprimento da obrigação, renunciando às partes;

101

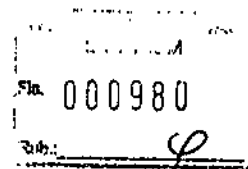
- 4.2 - As partes convencionam desde já, que no caso de mora, o ajuizamento da ação competente para o exercício dos direitos preconizados nos arts. 1.248 a 1.255, do CCB, se dará independentemente de notificação ou interpelação judicial.
- 4.3 - Estando justas e contratadas, o presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores, o fazendo em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas e do avalista, que leu, aceitou os termos presentes e assume as responsabilidades do aval prestado.

Tenente Portela, 02 de julho de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
APDA.

  
\_\_\_\_\_  
USUÁRIO

P/ CESAR TADEU PINER  
PREFEITO MUNICIPAL 2009/12



**QUANTO AO USO DO TELEFONE:**

>>>A boa conservação do aparelho é de responsabilidade do usuário.

>>>Problemas não cobertos pelo serviço de assistência técnica, como aparelho molhado ou quebrado, são de inteira responsabilidade do usuário, que tem o dever de comprar novo aparelho.

**QUANTO AOS CUSTOS (USAR SEMPRE A OPERADORA 021)**

>>>Taxa Mensal: R\$13,00

**Ligações locais (dentro da área 55, ou da área em que o aparelho se encontrar):**

>>>P/Claro: R\$0,26

>>>P/Fixo: R\$0,29

>>>P/Outras operadoras: R\$ 0,43

**Ligações interurbanas (fora da área 55 ou da área em que o aparelho se encontrar):**

>>>P/Claro: R\$0,41

>>>P/Fixo: R\$0,70

>>>P/Outras operadoras: R\$1,24

>>>Mensagens para qualquer área ou operadora: R\$0,30

>>>O uso de internet é tarifado e de responsabilidade do usuário.

>>>Mensagens promocionais como Quis, Clubes ou qualquer outra desta natureza também são tarifadas e de responsabilidade do usuário.

>>>Permanência: 2 anos, em caso de devolução antes do prazo, será cobrada multa conforme tempo de uso, valor a ser consultado junto à operadora no momento da devolução.

**NAS LIGAÇÕES INTERURBANAS DEVE SEMPRE SER UTILIZADO O 021, NÃO HAVENDO QUALQUER TIPO DE RESSARCIMENTO QUANDO HOUVER USO DE OUTRO CÓDIGO.**

**QUANTO AO PAGAMENTO**

>>>Quando autorizado o débito em conta (Sicredi, Banco do Brasil ou Banrisul), este será efetuado, impreterivelmente no dia 23 de cada mês, ou primeiro dia útil.

>>>Quanto aos usuários que não desejam efetuar o pagamento via débito em conta, deverão retirar boleto bancário junto à sede da APDA e efetuar o pagamento junto à unidade bancária, lotérica ou qualquer outra instituição que aceitar o pagamento até o dia 23 de cada mês, ou primeiro dia útil. Os boletos estarão à disposição a partir do dia 20 de cada mês.

>>>A retirada do boleto junto à APDA é de inteira responsabilidade do usuário, caso não for retirado e houver protesto, os custos de cartório serão de responsabilidade do usuário.

>>>Não havendo saldo na conta bancária no dia do débito ou pagamento do boleto até o dia 23 de cada mês, ou primeiro dia útil, o usuário terá 5 dias úteis para efetuar o pagamento, caso contrário, implicará no bloqueio imediato da linha e inclusão do CPF do responsável no SPC.

>>>Solicitar portabilidade, cancelamento ou mudança de plano não isenta o usuário de suas obrigações assumidas no contrato da linha.

Declaro estar ciente.

A handwritten signature, possibly 'F. D.', written in ink.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE USUÁRIO DE LINHA MÓVEL**  
**COMODANTE: ASSOCIAÇÃO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO**  
**AGROPECUARIO- APDA**, com endereço na RUA Jussara,100 na cidade de Tenente Portela .

**USUÁRIO:** Prefeitura Municipal de Boa Vista,  
Inscrito (a) no CPF ou CNPJ nº 94726312/0001-20RG ,com  
endereço na Av. J. de Almeida Bairro Centro nº 09 na  
cidade de Boa Vista do Rio Negro-RS. CEP 98530-000  
E-mail \_\_\_\_\_ FONE FIXO: 55 3616 1016

As partes acima nomeadas e qualificadas, livremente e de comum acordo, resolvem pactuar o seguinte:

**1. DO OBJETO:**

- 1.1 - A COMODANTE possui, através de plano corporativo de uso de telefones celulares, por contrato firmado com a empresa VIVO, 1 (uma) linha, nº(s) (55) 9197 4131.
- 1.2 - O USUÁRIO recebe, da COMODANTE, 1 chip(s) conforme especificações acima, identificado pelos 89 5506622060000 74 869

**2. DOS VALORES DE USO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:**

- 2.1 - Os pagamentos deverão ser feitos até a data de vencimento conforme informado pela APDA, o mesmo não ocorrendo está ciente que haverá bloqueio em nas próximas 48 horas, HAVENDO COBRANÇA DE MULTA PARA RELIGAR A LINHA NO VALOR DE R\$25,00 .
- 2.2 - As despesas do uso e gozo a serem apuradas mensalmente são compostas de uma mensalidade especificada pela VIVO conforme especificações da ANATEL, à título de utilização por linha, de uma mensalidade de R\$ 6,50 (SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) à título de utilização por linha, à título de despesa de administração de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) por linha, com custo de R\$ 0,31 VC1 para qualquer operadora dentro da área de registro (55), Longa Distância utilizado NA UTILIZAÇÃO LD 15 E EM NÃO OS VALORES CORRESPONDENTES A CADA OPERADORA - VC2 (Vivo para Vivo e fixo) R\$ 0,59 - VC2 E VC3 Móvel e Fixo R\$ 1,21 e VC2 E VC3 Outras Operadoras R\$ 1,21, . Demais serviços, exemplo: Torpedos, Torpedo Interativo, Torpedo Alerta, Acessos Wap, Etc.. Em fim, demais serviços disponibilizados pela Operadora Vivo, serão de inteira responsabilidade do Usuário;
- 2.3 - Os reajustes obedecerão aos critérios adotados pela VIVO, em obediência às normas e autorização da ANATEL;
- 2.4 - A VIVO entregará à COMODANTE até o dia 10 de cada mês, a relação discriminando os valores a serem cobrados de cada usuário.
- 2.5 - Na falta de pagamento dos valores devidos no prazo estabelecido no item 2.3, fica a COMODANTE, de imediato e independente de qualquer aviso, autorizada a proceder ao bloqueio dos serviços daquele aparelho telefônico junto a VIVO;



- 2.5 – Na falta de pagamento dos valores devidos no prazo estabelecido no item 2.3, fica a COMODANTE, de imediato e independente de qualquer aviso, autorizada a proceder ao bloqueio dos serviços daquele aparelho telefônico junto a VIVO;
- 2.6 – Incidirá na cobrança de eventuais valores em atraso, o principal, juros de mora, correção monetária e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado do débito.
- 2.7 – A fatura será emitida pela VIVO contra a COMODANTE, até o dia 10 de cada mês no valor total dos serviços prestados e os USUÁRIOS terão até o dia 19 do corrente mês, impreterivelmente, para efetuar o pagamento, em favor da COMODANTE. O não cumprimento deste item aplicará a penalidade descrita no item 2.9.
- 2.8 – O descumprimento do item 2.2 e 2.9 incidirão em inclusão no cadastro do SPC e Registro de Protesto depois de decorridos 15 (quinze) dias.
- 2.9 – A COMODANTE não se responsabiliza por eventuais bloqueios efetuados pela VIVO, decorrentes do pagamento em atraso ou não pagamento da fatura total em nome da COMODANTE, ocasionado em função de que outros comodatários participantes do plano não cumpram o item 2.2.
- 2.10 – O usuário está ao inteiro saber e possui cópia da SMP e Contrato existente junto a operadora Vivo, que é de sua inteira responsabilidade doravante, pelos mesmos prazos.

### 3. DO PRAZO DE VALIDADE:

- 3.1 – O prazo do(s) presente(s) comodato(s) tem início em 22/10/2009 e término em 22/10/2011, independente de qualquer formalidade adicional, obrigando-se nesta data renovar seu contrato com a COMODANTE ou o USUÁRIO deverá devolver à COMODANTE o(s) bem(ns) cedido(s) em comodato, nas mesmas condições que ora recebe, sob pena de responder por perdas e danos.
- 3.2 A rescisão do contrato, por parte do USUÁRIO, do objeto do presente contrato, antes do prazo estipulado no item 4.1, não a exime do pagamento dos valores faltantes para completar o período pactuado.
- 3.3 – A permanência do aparelho na posse do USUÁRIO, além do prazo acima, será considerado que o presente instrumento se auto renova, tendo como início a partir da data de término do item 4.1, para todos os efeitos de direito, cabendo a aplicação dos dispostos nos itens 4.1 e 4.2;


### 4. DAS DEMAIS NORMAS:

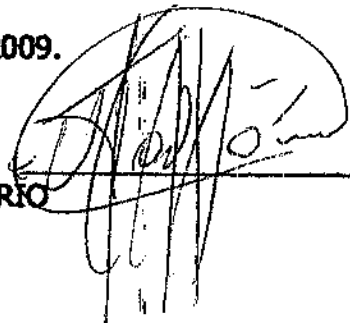
- 4.1 – A tolerância ou transigência não implicará novação, perdão, renúncia, alteração ou modificação do pactuado, sendo o evento ou omissão, levado,

para todos os fins de direito, a exclusiva conta de liberalidade da parte que transigiu, anuiu ou não exigiu o cumprimento da obrigação, renunciando as partes;

- 4.2 – As partes convencionam desde já, que no caso de mora, o ajuizamento da ação competente para o exercício dos direitos preconizados nos arts. 1.248 a 1.255, do CCB, se dará independentemente de notificação ou interpelação judicial.
- 4.3 – Estando justas e contratadas, o presente instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores, o fazendo em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas e do avalista, que leu, aceitou os termos presentes e assume as responsabilidades do aval prestado.

Tenente Portela, 22 de outubro de 2009.

  
\_\_\_\_\_  
APDA.

  
\_\_\_\_\_  
USUÁRIO



Poder Judiciário  
**Tribunal de Justiça**  
do Estado do Rio Grande do Sul

Fls.	000984
Sub.	9

Consulta de 1º Grau  
Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul  
Número do Processo: 11000011980



Imprimir

**Julgador:**

Marco Aurélio Antunes dos Santos

**Despacho:**

Vistos, para despacho. Ao que se tem do pedido de antecipação de tutela, busca a parte autora a consignação do valor em tese devido, para discutir seu montante. Portanto, tenho como a situação apresentada comporta efetivamente discussão perante a operadora de telefonia. Assim, prudente deferir o pedido de consignação, a título cautelar (art. 273, § 7º, do CPC), para evitar que se tenha perigo inverso, haja vista a necessidade de buscar a restituição do valor na hipótese de procedência, ainda que parcial, dos pedidos. Deve ser dito, ainda, que a VIVO certamente arrecada milhões de reais ao mês e o fato de não receber imediatamente o valor a ser depositado não inviabilizará seu funcionamento. Assim, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela para permitir que a autora deposite nos autos o valor das faturas em aberto (objeto da discussão), determinando que a ré não tenha a autora como inadimplente das referidas faturas e, por via de consequência, não inscreva seu nome em órgãos de restrição ao crédito em relação à dívida objeto da consignação. Expeça-se a guia para depósito no valor de R\$ 55.419,35. Após, cite-se. Intimem-se.

Copyright © 2003 - Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - Departamento de Informática



128/110 000 11980

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
TENENTE PORTELA-RS.

ASSOCIAÇÃO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO  
AGROPECUÁRIO - APDA, inscrita no CNPJ sob nº  
01.660.413/0001-65, situada na R. Jussara, 112, na cidade de Tenente  
Portela-RS, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Denilso  
Roque Calgaro, inscrito no CPF nº 600.978.840-49, brasileiro, casado,  
agricultor, residente e domiciliado na localidade de Linha Glória,  
interior de Tenente Portela-RS, vem, respeitosamente à presença de V.  
Exa., através de sua procuradora infra assinado, impetrar

ACÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C  
LIMINAR, DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO

em face de

VIVO S.A., CNPJ nº 02.449.992/0121-70, com sede administrativa na  
Av. José Bonifácio, 245, na cidade de Porto Alegre-RS, CEP: 90.040-  
130, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

15:04 18/06/2010 007246 ORI-JD-TEN-PORTA



### DOS FATOS:

A APDA é uma Associação em que fazem parte agricultores do município de Tenente Portela-RS e arredores, cuja finalidade é prestar serviços aos produtores rurais através de máquinas agrícolas e caminhões, objetivando viabilizar as propriedades para que possam aumentar sua produtividade agrícola. Assim, dentre tantos serviços que disponibiliza aos produtores rurais, no intuito de maior lucro para a Associação e menores custos em ligações telefônicas, busca a parceria com empresas de telefonia, efetuando planos telefônicos que fazem com que os usuários paguem menos pelos minutos de ligação efetuada.

A Associação mantém contrato de telefonia com a empresa Claro, onde de início havia sido efetuado contrato de linhas telefônicas, sendo que no decorrer de aproximadamente 6(seis) anos de contrato, chegou ao montante de 575 linhas, sendo que no momento possui 55(cinquenta e cinco) linhas ativas. Que devido a este contrato, pela grande quantidade de telefones disponibilizados na Associação, em data de 30/09/2009, através de pedido efetuado pela empresa VIVO, tendo esta interesse em disponibilizar linhas telefônicas para a Autora para que fosse repassado aos usuários, foi realizada uma Assembléia Extraordinária na sede da Associação para que a empresa de telefonia fizesse a explanação do plano telefônico que tinha interesse em disponibilizar(conforme documentos em anexo 01). Para tanto, a diretoria da Associação alertou a empresa interessada, que para efetuar qualquer alteração de contrato de telefonia, o plano a ser utilizado **deveria ser exatamente igual** ao que a Associação mantinha com a empresa CLARO(faturas e documentos da Claro em anexo), conforme resta comprovado pelas cópias das últimas faturas e proposta comercial – Claro Empresas, em anexo, no intuito de disponibilizar àqueles usuários a opção de outra operadora, pois a qualidade de sinal da operadora Claro no interior de nosso município não é satisfatório, motivo de várias reclamações dos usuários.

Assim, na Assembléia realizada, estavam presentes os membros da diretoria e os presidentes das associações associadas à APDA, conforme cópia da lista de presença em anexo. Para tanto, para efetuar a explanação do plano, estavam presentes a Sra. Eliane Pemes, da cidade de Taquara-RS e a Sra. Jaqueline Garcia, da cidade de Tenente Portela-RS, ambas representantes da empresa VIVO, que também assinaram a lista de presença acima



mencionada, onde que, foi colocado aos presentes as condições do contrato e o detalhamento do plano de telefonia que viria a ser utilizado.

Logo, foi apresentado por ambas as representantes, um plano de telefonia, que segundo elas, seria igual ao que a Associação mantinha com a empresa Claro, cujas cláusulas foram demonstradas por elas e que ao entendimento de TODOS os presentes, este plano seria basicamente igual ao plano que a empresa Claro mantinha com a Associação(Doc. 02), a não ser pela taxa mensal, que seria um pouco maior, compensada pela melhoria de sinal, onde o mesmo teria o prazo de durabilidade de 2(dois) anos, podendo se prorrogado por outro prazo estipulado pelas partes. A franquia seria em Reais compartilhada e acumulativa, ou seja, a Associação pagaria um valor fixo, onde dentro deste valor, os minutos locais e de longa distância seriam todos compartilhados e os excedentes não utilizados ficariam de crédito para o próximo mês. Sendo que o usuário pagaria uma taxa mensal fixa para a Associação no valor de R\$ 12,00(doze reais), com custo pelas ligações locais no valor de R\$ 0,31(trinta e um centavos); ligações interurbanas de Vivo para Vivo e Vivo para fixo, no valor de R\$ 0,56(cinquenta e seis centavos) e ligações interurbanas para outras operadoras no valor de R\$ 1,09(um real e nove centavos); haveria bônus de 400 minutos para falar de Vivo para Vivo aos finais de semana ou 70 minutos de deslocamento, podendo isto ser da escolha do usuário, conforme planilha distribuídas aos usuários, que se encontra em anexo(Doc.03). Ainda, o Plano de telefonia apresentados pelas Sras. Jaqueline e Eliane, conforme cópia da Ata da Assembléia, em anexo(Doc.04), consistiria em haver o pagamento da taxa mensal por parte da Associação à empresa Vivo no valor de **R\$4,50(quatro reais e cinquenta centavos)** por linha.

Diante disso, de acordo com o explanado pelas funcionárias da empresa (Jaqueline e Eliane) na Assembléia acima mencionada, foi aprovada a assinatura do Plano da empresa Vivo por todos os presentes, pois conforme o entendimento destes, o Plano seria igual ao da Claro, que já estava sendo utilizado pela Associação, a não ser pela diferença da tarifa, da melhoria de recepção de sinal e a disponibilidade de bônus, para que houvesse uma melhor comodidade e acessibilidade dos usuários, conforme comprovado pelas Declarações do Presidentes das Associações em anexo(Docs.05).



Assim, foi efetuada a assinatura do contrato, acreditando-se que ali estaria cópia fiel do que havia sido debatido em Assembléia e aprovado por todos os presentes, onde foram contratadas 603(seiscentas e três linhas) telefônicas, das quais 546(quinhentos e quarenta e seis) linhas foram portabilizadas da empresa Claro e 57(cinquenta e sete) linhas foram colocados novos números. Sendo que do contrato que a Associação mantinha com a empresa Claro, ficaram apenas 50(cinquenta) linhas, as quais permaneceram, pois os usuários não quiseram efetuar a troca de operadora. Assim, a empresa de telefonia disponibilizou a funcionária Jaqueline, por alguns dias, para que desse orientações sobre o funcionamento do plano e disponibilizasse os telefones aos usuários com a troca dos chips e dos aparelhos, mantendo os mesmos números e explicando ao usuários a forma e valores das ligações, distribuindo a planilha de valores a todos(planilha em anexo - Doc. 03).

Ainda, que os representantes da Ré haviam prometido à Associação que haveria suporte de atendimento, sem restrições de dia e horário, podendo ser procurado sempre que necessário, caso houvesse algum esclarecimento a ser feito aos usuários bem como contestações de faturas dentre outras dúvidas ou problemas que surgissem no decorrer da vigência do contrato, sendo que tais promessas nunca foram cumpridas por parte da Ré.

Ocorre que, passados alguns meses, houve a troca da funcionária da Associação, que cuida da parte de telefonia, pois a antiga funcionária havia pedido demissão. Assim, iniciou um trabalho aprofundado na averiguação das contas telefônicas, pois percebeu que havia algo estranho acontecendo, percebendo assim, que os valores das faturas não fechavam, onde que as contas a serem pagas para a empresa Vivo, eram maiores do que os valores cobrados dos usuários, pelo motivo de que os valores que foram demonstrados em Assembléia pelas funcionárias Eliane e Jaqueline e aprovado por todos os presentes não foram em nenhum momento aplicados ao plano, fato este que pode ser comprovado pelas faturas telefônicas que se encontram em anexo, onde fica explícito que a taxa oferecida pela empresa Ré, de R\$4.50(quatro reais e cinquenta centavos), constante em ata(Doc.04) sempre foi cobrada R\$6,50(seis reais e cinquenta centavos), conforme consta em todas as faturas na Descrição da taxa Vivo Empresa Escolha, em anexo, dentre outras tantas diferenças que estão em desacordo com o acordado em Assembléia como os valores do serviço de longa distância, pelo pacote, que seria cobrado o valor de R\$6,00(seis reais) e não haveria a cobrança do



deslocamento, mas como pode ser comprovado pelas faturas(Doc.06), há a cobrança do pacote LDI e também há a cobrança dos deslocamentos. Além do que, a empresa Ré está cobrando a quantidade de 615 linhas e não 603, como foi aprovado. Ademais, a oferta de que o usuário poderia trocar os bônus de 400 minutos aos finais de semana por 70 minutos de deslocamento nunca foi cumprida, pois os pedidos que foram feitos através da funcionária da Vivo, Sra. Jaqueline Garcia, nenhum foi confirmado, deixando os usuários apreensivos com o que a Associação havia lhe prometido, sendo que por isso, também houveram várias reclamações e pedidos de desligamento das linhas. Sendo assim, para que não houvesse maiores problemas para a Associação esta concedeu o desconto dos valores de deslocamento aos usuários, cobrados indevidamente pela Ré, e que foram pagos integralmente pela Associação. Ainda, que após reclamações feitas pela Associação à empresa Ré, estes prometeram que ressarciriam os valores através da disponibilização de aparelhos celulares, que poderiam ser vendidos para a recuperação dos valores. Além disso, foi prometido que as três primeiras faturas cobradas com o ciclo completo(dezembro, janeiro e fevereiro), ou seja, o mês cheio teria uma bonificação para a Associação de 30,00(trinta reais) por linha em cada mês, conforme demonstrativos nas faturas no item Descrição Serviço Desconto 3 Mês R\$30, independente de a linha estar sendo utilizada ou não, o que no caso em tela não ocorreu em sua totalidade, como também pode ser provado pelas faturas em anexo(Dos. 06, 07, 08, 12, 13, 14).

Entretanto, após ter a certeza de que estavam tendo prejuízos com os custos telefônicos, foi entrado em contato por diversas vezes com a empresa Vivo, para que fossem retificadas as faturas, conforme protocolos de nºs 201072557911, com a atendente Ana Paula, do dia 08/03/2010; 2010144925840, do dia 20.04.10; 2010163468816, do dia 03.05.10 e 2010163468816, do dia 03.05.10; 2010153556789, do dia 05/05/2010, sendo que, porém até o momento não houve retorno das retificações. Além destes protocolos houve outros que não foram disponibilizados à Associação, pois foram efetuados pela funcionária da Vivo, Srá. Jaqueline, que nunca os repassou à Autora. Houve ainda, o envio de documentos por parte da Ré, dizendo que algumas reclamações foram procedentes(conforme os 582 resultados de contestações em anexo – Docs.10), retificando os valores cobrados das taxas, onde que deveriam ter sido creditados em conta no mês de março, no valor de R\$ 3.990,76(três mil novecentos e noventa reais e setenta e seis centavos) o que obviamente não ocorreu, como





pode ser verificado pela fatura em anexo, bem como todas os outros créditos que deveriam ter sido efetuados nos meses posteriores aos das reclamações e não foram efetuados. Também houve contato telefônico por parte de funcionários da Vivo, dizendo que estariam analisando os pedidos de retificação das faturas no que tange aos outros valores em discussão, pois conforme explanado e entendido de todos, o valor do pacote compartilhado seria de R\$23.643,63(vinte e três mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos). Sendo que conforme apurado, no segundo mês de utilização do plano(mês este que foi o primeiro com os 30 dias completos na fatura), não foi atingido o valor acima mencionado, onde que a Autora teve que bancar a diferença de valores para fechar o valor do pacote, conforme demonstrativo de cálculo na planilha em anexo(Doc.11), bem como demonstrado pelos comprovantes de pagamento das faturas. No entanto na data de hoje, o valor do pacote que está sendo cobrado é de R\$23.903,65(vinte e três mil novecentos e três reais e sessenta e cinco centavos), conforme comprovação pela fatura em anexo, do mês de referência 05/2010(Doc.15).

Além disso, depois de várias reclamações e tentativas de acerto para a diferença que estava ocorrendo nas faturas, houve a visita, no dia 20/05/2010, dos representantes da empresa Ré, os Srs. André, Claitemir e a Sra. Fernanda, da cidade de Taquara, bem como da Sra. Jaqueline, da cidade de Tenente Portela-RS, na tentativa de verificar o que estaria ocorrendo. Ficaram na Associação durante o dia inteiro e saíram sem dar resposta nem tampouco retorno do que haviam averiguado, somente fizeram uma nova proposta de um novo Plano, de telefonia para a Associação, assinado por todos os presentes, pois admitiram que houve erro na proposta apresentada em Assembléia, no dia 30/09/2009. Sendo basicamente a nova proposta consistia em uma taxa de R\$38,50(trinta e oito reais e cinquenta centavos) por linha, mais a taxa de manutenção no valor de R\$5,50(cinco reais e cinquenta centavos), correspondente a 100 minutos de ligações locais e 400 minutos de bônus aos finais de semana, sendo que os valores excedentes que deveriam se pagos pelos usuários, seria destinado à Associação. Esta proposta não foi aceita pela Associação, fato este que ficou acordado pelas partes que no dia 25/05/2010, haveria uma nova reunião, onde que seriam verificadas a multa para rescisão do contrato, a devolução dos valores que foram questionados das faturas pagas no valor aproximado de R\$50.000,00(cinquenta mil reais) a revisão da última fatura onde havia sido cobrado o valor de R\$6.000,00(seis mil e mais); a cobrança



indevida dos deslocamentos, conforme documentos em anexo, em que foi assinado por todos os presentes(Doc.16).

No entanto, sem dar retorno do que fora acordado no dia 20/05/2010, no dia 31/05/2010 novamente a Autora recebeu a visita da Sra. Eliane com o Sr. Claitemir, no intuito de fazerem as retificações de todas as faturas, porém, mais uma vez a Ré se absteve de realizar qualquer tipo de retificação. Após, no dia 09/06/2010 houve novamente a visita da Sra. Eliane, sendo que também ficou o dia todo na Associação tentando resolver com a empresa Ré o problema das retificações das faturas e dos valores cobrados a maior, sendo que também restou infrutífera a visita, pois não resolveu absolutamente nada. Em data de 16/06/2010, houve novamente a visita da funcionária Eliane, sendo que também não conseguiu solucionar, nem dar resposta ao caso em aberto, pois disse ao Presidente da Associação que estava de mãos amarradas e não era de sua autonomia qualquer ação referente ao caso. No entanto, durante o tempo em que a Ré está a verificar onde houve o erro, a Autora não efetuou o pagamento das faturas dos meses de Abril e Maio de 2010(Docs. 15 e 17), cuja soma total perfaz o valor de R\$ 84.208,27(oitenta e quatro mil duzentos e oito reais e vinte e sete centavos), pois os valores destas, como de todas as outras faturas, também estão incorretos, sendo que os valores que Autora entende ser devido é o montante de R\$ 55.419,35(cinquenta e cinco mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos). No entanto, houve pedido de retificação destas faturas e até o momento ainda não houve solução pela Ré, a não ser chegar ao absurdo de enviar diversos torpedos, no mesmo dia, de cobrança de faturas aos usuários, que em nada tem a ver com o pagamento das mesmas, pois quem está devendo e pedindo a revisão é a Autora, e para esta não há nenhum torpedo enviado para que efetue o pagamento. É de suma importância que fique aqui registrado o conteúdo dos torpedos enviados aos usuários, onde dizem que: 1) "Vivo informa: Não identificamos o pagamento da fatura desta linha. Regularize evitando suspensão parcial do serviço. \*8486". 2) Vivo informa: Caro cliente não consta no sistema o pagamento da fatura de seu celular. Ligue \*8486 e receba o código de barras para o pagamento".

Ainda, que um usuário entrou em contato com o número acima mencionado e foi informado de que ele possuía uma dívida em atraso do valor de mais de R\$6.000,00(seis mil reais). Sendo que conforme e-mail em anexo, enviado pela funcionária da Ré, Vanessa



Aparecida da Silva, em data de 16/06/2010, a contestação da fatura encontrava-se em análise por alçada superior(Doc.18), provando assim que tinham pleno conhecimento das revisões que haviam sido pedidas para que fossem realizadas, e no entanto, mesmo assim, enviaram os torpedos acima na mesma data, no intuito de fazer com que os usuários procurassem a Autora com o fim de criar atritos entre os mesmos, causando enorme constrangimento à sua direção e funcionários, pois tinham que dar explicações do que está ocorrendo, gerando enorme abalo na reputação da Associação.

O prejuízo é efetivo, não restando outra alternativa à Autora senão efetuar o cancelamento do Plano pela quebra de contrato causado pela Ré, uma vez que já fazem mais de 2 meses que foi feita a primeira reclamação das faturas e até o momento não houve solução para que o problema se resolvesse amigavelmente, pois muito embora tenham vindo funcionários da Ré, estes não conseguiram resolver o problema que está instaurado, onde que somente nestes poucos meses de utilização do plano, o **valor pago indevidamente** para a Ré, nas faturas referente aos meses de Novembro de 2009 a Março de 2010, a diferença chegou ao valor exorbitante de **R\$ 48.549,36(quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos)**(conforme planilhas em anexo – Docs. 11, 19, 20, 21, 22).

Ademais, além de todos os transtornos causados pela Ré, depois dos pedidos de revisão das faturas, há a queda de sinal dos aparelhos, onde ficam por 2(duas) a 3(três) e até em alguns casos de reclamações de usuários onde ficaram sem telefone por até 15 a 20 horas, sendo que um caso foi de maior tempo, onde o mesmo ficou um final de semana inteiro sem sinal. No entanto, ao entrar em contato com a Ré, a mesma informou que isto é um problema geral, mas sabe-se que não é, pois usuários de outros planos empresariais da Vivo não ocorreram estes problemas, gerando isto enorme constrangimento aos funcionários da Associação, pois os usuários se dirigiram aos mesmos querendo explicações sobre a queda de sinal que estava ocorrendo em seus aparelhos, pois precisavam efetuar ligações e não dispunha de sinal para isso.

Além disso, a quantidade de linhas que todos os meses são cobrados da Autora, sempre são de números diferentes daquelas contratadas(603 linhas), onde que pode ser comprovado pelas faturas que é variável a quantidade(Docs. 11, 19, 20, 21, 22 – verso), fato



este efetuado de forma unilateral pela Ré, eis que os usuários são sempre os mesmos, não havendo aumento do número de linhas, estando a Autora com linhas paradas causado pela desistência de alguns usuários, bem como pelo excesso de linhas que a Ré imputou à autora, pois conforme acima mencionado, o número de linhas que a Autora possuía inicialmente com a empresa Claro eram de 575 linhas, e a Ré, no contrato efetivou 603 linhas, sendo que estas em alguns meses chegam até o montante de 624 linhas para cobrança.

### **DO DIREITO:**

Deflui-se da narração dos fatos de que o direito assiste a Autora e seus associados, posto que na formação do contrato, contou com a utilização da má-fé, pois nada do que havia sido acordado pelas partes fora cumprido pela Ré, uma vez que como já foi amplamente explanado, esta fez uma demonstração do Plano de telefonia que seria utilizado pela Associação e no momento da assinatura do contrato fez a utilização de outro plano, totalmente diferente e fora da realidade daquele que havia sido demonstrado e explicado às 18(dezoito) pessoas presentes na Assembléia, sendo que para tanto, além da má-fé utilizada, somente os valores que foram cobrados e que deixaram de ser estornados, conforme documentação anexa, já importa em rescisão contratual imediata do plano de telefonia sem a obrigatoriedade do pagamento da multa contratual, estipulada pela Ré, ademais houve omissão de informações, que deveriam ser obrigatoriamente detalhadas no momento da contratação do plano de telefonia.

Para tanto, colaciono o seguinte precedente jurisprudencial:

**CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. PEDIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM AFASTAMENTO DE MULTA. HIPÓTESE EM QUE A OPERADORA NÃO ESCLARECEU DEVIDAMENTE A AUTORA SOBRE A FORMA DE UTILIZAÇÃO DO APARELHO. SERVIÇO DE INTERNET ACIONADO POR ENGANO, GERANDO DÉBITO REFERENTE A SERVIÇO NÃO UTILIZADO. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. RESTITUIÇÃO DO VALOR NEGADO PELA DEMANDADA. SITUAÇÃO QUE PERMITE A RESCISÃO DO CONTRATO SEM A INCIDÊNCIA DA MULTA DE FIDELIDADE POR QUEBRA DE CONTRATO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.**



Não tendo a demandada orientado a autora acerca da forma de utilização do aparelho, ensejando a cobrança de serviço de navegação à internet, quando na realidade a autora sequer tinha conhecimento de que havia acionado o serviço, resta evidente a falta de informação prestada pela demandada à autora no momento da compra. Há verossimilhança na alegação de que a autora apenas teve conhecimento de como deveria proceder para navegar na internet ao buscar informações sobre a cobrança incluída na fatura, uma vez que nas faturas seguintes inexistia registro de acesso à rede, o que evidencia que a sua intenção não era de utilizar o serviço. Saliento, ademais, que o aparelho foi o primeiro adquirido pela autora, sendo compreensível a sua falta de conhecimento. Além disso, é fato notório que a maioria dos aparelhos celulares comercializados atualmente possuem um sistema de internet acessado através de botão de atalho do teclado, o que pode confundir facilmente o consumidor ou até mesmo ser ativado involuntariamente. Portanto, deve a ré responder pela falta de informação prestada à autora quando da venda do aparelho. O pedido de rescisão, no presente caso, decorreu da insatisfação da autora, o que afasta qualquer possibilidade de fixação de multa. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO.

RECURSO INOMINADO

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL

Nº 71001960848

COMARCA DE PORTO ALEGRE

BCP S.A. (CLARO)

RECORRENTE

JUCARA ROSA DA SILVA

RECORRIDO

CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. PEDIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM AFASTAMENTO DE MULTA. HIPÓTESE EM QUE A OPERADORA EFETUOU COBRANÇA INDEVIDA REFERENTE À "ASSINATURA ESTILO EMPRESARIAL", DA QUAL ESTARIA ISENTO. CONDUTA REITERADA, ENSEJANDO A SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO. RESCISÃO DECORRENTE DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA DEMANDADA. HIPÓTESE EM QUE NÃO DEVE INCIDIR A MULTA DE FIDELIDADE POR QUEBRA DE CONTRATO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.



*Tendo o autor solicitado o cancelamento do contrato, em virtude de cobranças indevidas de tarifa, da qual estaria isento, não há que se falar em incidência de multa por quebra de contrato. O pedido de rescisão, no presente caso, decorreu da insatisfação do autor, diante de cobranças indevidas por parte da demandada – que embora, no primeiro mês tenha emitido nova fatura sem a cobrança da assinatura, tornou a cobrar no mês seguinte – o que afasta qualquer possibilidade de fixação de multa. Hipótese em que além de emitir faturas com cobranças indevidas, a ré incluiu o nome do autor em órgãos de proteção ao crédito. Valor da indenização fixado em R\$ 4.000,00, estando de acordo com os parâmetros adotados pelas Turmas Recursais em casos semelhantes. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO.*

RECURSO INOMINADO

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL

Nº 71001806165

COMARCA DE CAMAQUÃ

TELET S/A - CLARO DIGITAL

RECORRENTE

ANTONIO LUIZ VARGAS PETIMANN

RECORRIDO

É o princípio da força obrigatória dos contratos (pacta sunt servanda), a qual assevera ORLANDO GOMES, em sua obra "Contratos", 12ª Edição, 1991, página 38, Editora Forense:

"O princípio da força obrigatória consubstancia-se na regra de que o contrato é lei entre as partes. Celebrado que seja, com observância de todos pressupostos e requisitos necessários à sua validade, deve ser executado pelas partes como se suas cláusulas fossem preceitos legais imperativos. O contrato obriga os contratantes, sejam quais forem as circunstâncias em que tenha de ser cumprido. Estipulado validamente seu conteúdo, vale dizer definidos os direitos e obrigações de cada parte, as respectivas cláusulas têm, para os contratantes, força obrigatória. Diz-se que é intangível, para significar-se a irretratabilidade do acordo de vontades. Nenhuma consideração de equidade justificaria a revogação unilateral do contrato ou a alteração de suas cláusulas, que somente se permitem mediante novo concurso de vontades. O contrato importa restrição voluntária da liberdade; cria vínculo do qual nenhuma das partes pode desligar-se sob o fundamento de que a execução a arruinará ou de que não o teria estabelecido se houvesse previsto a alteração radical das circunstâncias.



Essa força obrigatória atribuída pela lei aos contratos é a pedra angular da segurança do comércio jurídico."

A melhor doutrina entende que uma vez convencionada a condição resolutiva expressa, o contrato rescindir-se-á automaticamente fundando-se no princípio da obrigatoriedade dos contratos, justificando-se quando uma das partes não cumpre integralmente o que fora objeto do contrato pactuado entre as partes.

Restando descumprido o liame obrigacional com o comprovado descumprimento contratual por parte da empresa Ré, busca-se a rescisão do contrato firmado entre as partes, a revisão das faturas e a conseqüente devolução dos valores pagos a maior bem como o depósito das faturas que se encontram em aberto no valor que acha ser o correto, conforme planilha de cálculo em anexo, respondendo ainda a empresa Ré pelas perdas e danos preceituado pelo artigo 1.056 de Digesto Processo Civil, uma vez que a Requerente experimentou prejuízo, sofrendo dano frente aos usuários das linhas, onde teve que reabilitar novas linhas com a empresa Claro para que os mesmos não continuasse a efetuar pagamentos absurdos nas contas telefônicas.

Pode-se vislumbrar no artigo referido que o incidente gerou dano na esfera moral da Associação, funcionários e usuários, pois devido à grandiosidade do problema, a comunidade comenta sobre o caso fazendo com que a reputação da Associação seja colocada em cheque pois a Ré, com suas atitudes, causou um ato ilícito, senão vejamos:

*"Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

O artigo transcrito a seguir menciona que o fornecedor dos serviços responde pela reparação dos danos causados ao consumidor, mesmo independente de culpa.

Envidando-se novamente pelo Código de Defesa do Consumidor, no que se refere aos direitos básicos do consumidor, Art. 6º, inciso VI



*"a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".*

*"Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."*

A Autora tem o direito de pedir que lhe sejam reparados os danos morais por causa da deficiência na prestação dos serviços, sendo que este foi constrangida de maneira vergonhosa, quando apenas desejava fazer com que o acordado pelas partes fosse cumprido.

Ainda, entende a jurisprudência majoritária que o consumidor lesado não é obrigado a esgotar as vias administrativas para poder ingressar com ação judicial, mas sim, pode fazê-lo imediatamente após deflagrado o dano.

Mesmo assim a autora, conforme visto a epígrafe, fez jus a uma conduta parcimoniosa e amigável com a requerida e procurou resolver administrativamente seu direito. Mas passado todo esse tempo, a falta de eficiência para resolução do conflito somada a sensação de ter sido violada financeiramente só gerou mais perturbação e desgaste emocional.

Diante da tal situação a autora não encontrou outra forma a não ser ajuizar presente ação para ter seus direitos como consumidora garantidos.

Confere a Lei 8.078/90, diante do acontecido narrado acima, que a autora possui direito de receber não só a quantia paga, mas o dobro de seu valor, conforme artigo 42, parágrafo único, no qual diz, *in verbis*:

*"O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."*





Por isso, postula coerentemente a Autora por cumular os pedidos de repetição de indébito, cumulado com danos morais e o pagamento da multa contratual estipulada pela Ré, caracterizados pelos fatos narrados na presente ação.

**DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

A concessão do Benefício à Assistência Judiciária Gratuita à Autora é um direito, pois nos termos da Lei 1.060/50, que por ser uma Associação, é amparada pela legislação, onde sua concessão pode ser estendida à pessoa jurídica não empresarial, como entidades pias e beneficentes sem fins lucrativos, ou, eventualmente, à pessoa jurídica empresarial que se enquadre como microempresa ou minúsculas empresas familiares.

**DO PEDIDO:**

Pelo exposto REQUER:

- a) a procedência da ação e decorrente rescisão contratual com a concomitante antecipação de tutela para que sejam depositados para a Ré os valores das faturas que se encontram em aberto, no montante de **RS\$55.419,35(cinquenta e cinco mil quatrocentos e dezenove reais);**
- b) a abstenção da Ré em incluir nos Órgãos de Proteção ao Crédito o nome da Autora até o final da lide;
- c) a citação da Requerida, para querendo apresentar contestação, sob pena de revelia;
- d) a apresentação de todas as provas admitidas em direito, especialmente a prova testemunhal, documental e o depoimento pessoal;
- e) a condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem arbitrados por V. Exia;



f) a condenação da Requerida ao pagamento pelos danos morais no montante de **R\$ 30.000,00(trinta mil reais);**

g) a condenação da Ré ao pagamento da multa proporcional aos meses que restam, por descumprimento do contrato, no montante de **R\$ 93.866,67(noventa e três mil oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos);**

h) a condenação da requerida à devolução dos valores pagos a maior, incidindo aqui a aplicação da repetição de indébito, eis que a cobrança foi indevida, no montante de **R\$ 48.549,36(quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos);**

i) a condenação da requerida também ao pagamento em dobro do valor de **R\$ 3.990,76(três mil novecentos e noventa reais e setenta e seis centavos)**, referente as retificações que foram procedentes e não foram creditadas nas faturas.

j) a concessão do Benefício à Assistência Judiciária Gratuita à Autora, nos termos da Lei 1.060/50, que por ser uma Associação, é amparada pela legislação.

l) a inversão do ônus da prova, em face da hipossuficiência frente à empresa Ré, uma que por ser uma Associação está a representar, neste ato, os interesses de seus Associados.

**Dá-se à causa o valor de R\$23.643,63(vinte e três mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos).**

Termos em que

Pede deferimento.

Tenente Portela, 14 de Junho de 2010.

  
Carla Angélica Piccinini  
OAB/RS 73.087

001000

12/02

SICREDI TOTAL Caixa Eletrônica >-----  
SICREDI CELEIRO  
Removante de Depósito >-----

01/03/2010 - 11:37:28 >-----  
Terminar 267E Usuário: 267

Deposito em Cheque  
Número do Envelope: 4667722207  
Telefone de Contato: 55 3516-1002

Coop. Dest: 0313 - SICREDI CELEIRO  
Conta Destino: Conta Corrente - 85161-2

Favorecido:  
ASSOCIACAO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO AGROPEC

Data do Depósito: 01/03/2010  
Hora do Depósito: 11:37  
Valor Depositado: R\$ 452,20+

O CREDITO EM CONTA DEPENDE DA CONFERENCIA E  
CONFIRMACAO DOS VALORES PELA COOPERATIVA.  
E DO CUMPRIMENTO DAS INSTRUCCOES CONTIDAS  
NO ENVELOPE.

DEFINICAO DO HORARIO BANCARIO  
FOLGAS E DIAS SEM PROCESSADOS NO  
SISTEMA UTIL.

001001

452,20

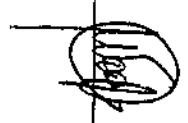
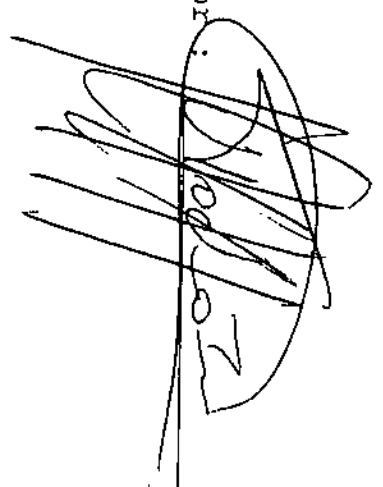
quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
A ASSOCIACAO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUA

BARRA DO GUARITA , 12 de Fevereiro de 2010

Cópia de Cheque nro : 0000282

Banco : 2612 BB FPM-FUNDO PARTIC.MUNICIPIOS  
Conta Corrente : 8051-9  
Utilizado para :

Assinado por :



C

C

Rio Grande do Sul  
Prefeitura Munic. de Barra do Guarita  
Secretaria de Finanças  
Contadoria Geral do Município  
CGC 94.726.312/0001-20

NOTA DE EMPENHO

**LIQUIDADO**

Fl. 001002

gao: 02 GABINETE DO PREFEITO

000354/10 Ordinário Orcamentário  
Unid: 01 GABINETE DO PREFEITO

tacao: 0412200102.002.339039.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERC.-Conta: 20

edor: 976 ASSOCIACAO PORTELENSE DE DESENVOLVI CGC: 01.660.413/0001-65

nco: 000 Ag: C/C:

dereco: RUA TAPEJARA 100 CENTRO

Fone: 55 3551 2059 TENENTE PORTELA

spensada por L

Emissao: 05.02.10 Vencimento: 05.02.10

-Valor orcado--- ---Saldo Anterior--

-Valor do Empenho- ---Saldo Atual---

42.000,00

40.453,27

452,20

40.001,07

em	Qtd	Uni	-----Especificacao-----	Valor Unitario	Valor Total
----	-----	-----	-------------------------	----------------	-------------

1	1	UN	DESPESA COM CONTA DE TELEFONE MOVEL No 55 91974128 EM USO PELO VICE PREFEITO MUNICIPAL		
---	---	----	--	--	--

452,20

452,20

cal de Entrega  
EF. MUN.D E BARRA DO GUARITA

CARREGADO SERVICOS

CONTADOR

Total Geral  
452,20  
**ORDENADOR DA DESPESA**

-----Liquidacao-----

claro que o Material foi Fornecido  
Servico Prestado

Data: / /

RESPONSAVEL

Pagamento-----

descontos: A- INSS- R\$ -

Cred-

Total Descontado

monst.: B- IRRF- R\$ -

Debi-

R\$ -

----- Ordem de Pagamento -----

Recibo -----

/ /

Em / /

que-se a importancia

Recebi a importancia

Acima Processada

Acima Processada

SECRET. FINANÇAS

ASSINATURA CREDOR

leque

Certifico Haver Pago

nco

a Importancia Acima

Mencionada

TESOUREIRO

ursos: 0001. Recurso Livre

Rio Grande do Sul

Orgao ...: 02 GABINETE DO PREFEITO  
Unidade ..: 01 GABINETE DO PREFEITO

001003  
20

0412200102 002 339039 00 00 00 OUTROS SERVICOS DE TERC.-PESSOA JURIDICA

Credor ....: 976 ASSOCIACAO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO

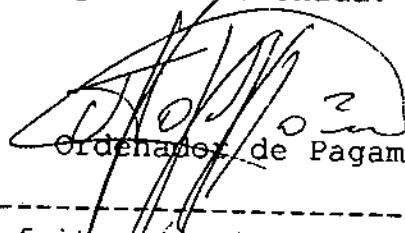
Emissao ...: 12.02.10 Vencimento ..: 12.02.10 Empenho ..: 000354/10 Ordinario

----- Valores ----- Autorizacao -----

Empenhado ...:	452,20	Autorizo ao Sr. Tesoureiro a efetuar pagamento
Anulado .....	0,00	da importancia de R\$ 452,20
Pago .....	0,00	quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte c
Ordem Pagto.:	452,20	entavos*****
Pagar .....	0,00	*****

Data, / / .

Referente despesa mencionada.

  
Ordenador de Pagamento

Recibo de Pagamento : Recebi(emos) da Prefeitura Munic. de Barra do Guarita  
a importancia supra de R\$ 452,20  
quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
Referente esta Ordem de Pagamento a qual dou(amos) plena  
e geral quitacao.

Tesouraria	Codigo Banco :	Nro Banco:
	Nro do Cheque:	Agencia ..:
		Nro C/C ..:
		Cidade ...:

ASSOCIACAO PORTELENSE DE DESENVOLVIMENTO